

Planejamento Estratégico da CGM-RJ: uma ferramenta para alcance de resultados



A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM-RJ) realizou, no dia 12 de dezembro de 2014, evento dirigido aos seus servidores para a apresentação dos resultados das ações estratégicas da CGM-RJ, definidas pela Resolução CGM nº 1.143/14. A reunião contou com a participação de 130 servidores que assistiram as apresentações dos líderes das ações sobre os resultados atingidos em 2014.

Para o ciclo de planejamento de 2014 foram definidas 29 ações estratégicas e seus respectivos resultados podem ser conferidos na página 2.

Origem

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro desenvolve anualmente, desde o ano de 2009, processo de planejamento estratégico e definição de ações e metas de resultados a serem alcançadas em cada um dos anos. A coordenação para a elaboração do Plano Estratégico e de suas revisões anuais e o monitoramento das ações estratégicas e das metas de resultado são atribuições desenvolvidas pela Assessoria Técnica

VEJA MAIS NESTA EDIÇÃO

Entrevista

A coordenadora de Controle Interno da Prefeitura de Piraí, Lenilda Braga, fala sobre a missão das Controladorias em cidades do interior

página 3

Artigo

O analista de Finanças e Controle da CGU, Marcus Vinicius de Azevedo Braga, discorre sobre “A Receita da Conformidade das despesas”

página 6

Aconteceu

Saiba como participar do Programa de Visitas à Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, projeto de grande sucesso em 2014

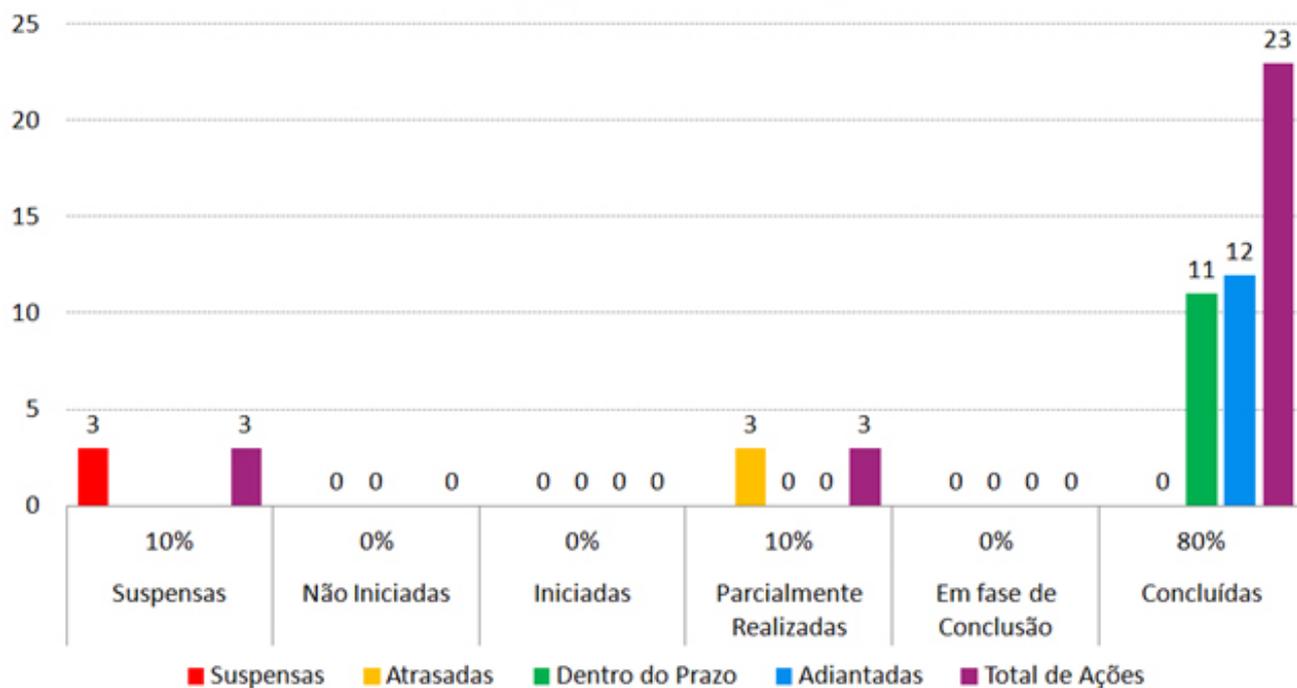
página 8

de Estratégia e Relações Institucionais de Controle - CG/ATRIC. A partir de 2011, a CGM-RJ passou a assinar acordos de resultados com a prefeitura, de forma que as metas estabelecidas nesses acordos passaram a ser consideradas também no plano estratégico da CGM-RJ, integrando-o como ações estratégicas para o ano respectivo.

identificados/reavaliados pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades e feita a definição das metas estratégicas do setor.

O grupo de dirigentes da CGM-RJ, compondo a Comissão de Controle Interno - Conint, se reúne e cada dirigente apresenta o resultado das discussões com suas equipes. É feita uma

STATUS DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS 2014 em 31/12/2014 - TOTAL: 29 AÇÕES



Das 29 Ações Estratégicas planejadas para 2014, 23 delas (80%) foram concluídas no prazo, sendo que mais da metade dessas ações (12) tiveram conclusão adiantada.

Como é feito o Planejamento Estratégico da Controladoria?

Segundo Jayme Neto, técnico responsável pelo Monitoramento Estratégico da CGM-RJ, o Planejamento Estratégico é uma importante ferramenta para alcance de resultados porque contribui para a missão da Controladoria de “promover o Controle Interno na PCRJ para a efetividade da gestão municipal”.

O Processo de planejamento Estratégico da CGM-RJ mantém a mesma metodologia desde 2009 e consiste nas seguintes etapas tomando por base a missão e a visão de futuro estabelecida: discussão dos titulares dos setores com seus integrantes, relativa à matriz SWOT, sendo

discussão entre os dirigentes e reavaliada a Matriz SWOT. A partir disso, são relacionados os fatores de vulnerabilidades, limitações, alavancagens e problemas na atuação atual ou potencial da CGM-RJ. Após isso, são revalidados os fatores críticos de sucesso, os quais necessariamente devem ser atendidos por serem essenciais para o cumprimento dos objetivos. Conjugando as informações, são revalidados os objetivos estratégicos, constantes do Mapa Estratégico, os quais servem como norteadores para as principais ações da CGM-RJ.

Depois, são definidas pela Conint as ações estratégicas a serem desenvolvidas no ano, podendo ser previstas ações plurianuais, quando estas necessitarem mais de um ano para sua conclusão.

(continua na pag. 5)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro | Prefeito: Eduardo Paes | Controladoria Geral do Município | Controlador-Geral: Antonio Cesar Lins Cavalcanti | Subcontroladora de Gestão: Nadia Assunção Fernandes Neves | Subcontroladora de Integração de Controles: Angela de Arezzo Meireles **Prestando Contas** | Edição e pauta: Margarete Ramos e Rogério Lessa | Projeto Gráfico: Ricardo Augusto | Diagramação e arte: Érika Grijó | Redação e revisão: Margarete Rose Ramos, Érika Grijó e Rogério Lessa Benemond | Impressão: Gráfica e Editora Rio DG Ltda. | Tiragem: 500 exemplares | **Assessoria de Comunicação Social** | Assessora-chefe: Margarete Ramos | Editor gráfico: Érika Grijó

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409 Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901 | Tel.: (21) 2976-1515/2967 e-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>

“Não há administração sem Controle”

Lenilda Braga

Coordenadora de Controle Interno da Prefeitura de Pirai



Graduada em Ciências Contábeis e Administração de Empresas e pós-graduada em Controladoria e Auditoria, Lenilda Braga atua como a Coordenadora de Controle Interno da Prefeitura de Pirai desde 1998. Em 2014, foi a organizadora de dois Encontros dos Órgãos de Controle Interno do Município do Estado do Rio de Janeiro – o EOCIM-RJ, que aconteceram em Pirai, em maio e setembro. Também integrou a mesa de debates do evento.

Qual o impacto das Controladorias para as cidades do interior?

Entendo que as Controladorias trouxeram um impacto positivo para a gestão de um modo geral, servindo como uma apólice de seguro, garantindo ao gestor maior segurança na tomada de decisão e a convicção de que o planejado será executado, e que os desvios serão identificados a tempo de corrigí-los.

Não há administração sem controle. O controle é fundamental em qualquer gestão, seja ela uma cidade grande ou pequena. Se bem estruturado, conduzido por pessoas comprometidas e competentes, trará grandes benefícios à população, que terá a certeza que seus impostos estão sendo bem aplicados e que os benefícios são visíveis, percebidos pela população, porque os serviços prestados são de qualidade.

Especificamente em Pirai, quais benefícios já podem ser identificados?

Com a implantação da Coordenadoria de Controle Interno, podemos identificar como benefícios a redu-

ção de erros formais, maior qualidade e agilidade nas informações, melhor controle da gestão, garantia do cumprimento de prazos e dos limites constitucionais, a análise prévia dos atos possibilitando correção concomitantemente, e a efetivação dos resultados esperados.

Em que medida a CGM-RJ pode servir de parâmetro para cidades menores?

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro serve de parâmetro para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro devido à experiência dos técnicos e do excelente trabalho que vem desempenhando ao longo do tempo. E também pelo privilégio de ter por muitos anos na direção da Controladoria nosso saudoso Professor Lino Martins da Silva, que com seu vasto conhecimento implantou rotinas praticadas até os dias de hoje e deixou de legado uma equipe superbem preparada para enfrentar os desafios do dia a dia do controle interno, servindo de exemplo para todos os municípios.

As prefeituras das cidades do interior possuem infraestrutura para dar suporte às respectivas Controladorias?

Infelizmente não. Mas, nada impossível de se realizar quando se tem determinação. Temos um sonho de ter uma estrutura ideal, mas a realidade nos mostra que devemos fazer o que é possível com o que temos disponível.

Resumindo, temos que ser criativos, vencendo os obstáculos e as adversidades, que são muitas.

O que fazer para que o controle interno não esteja sujeito à vontade política do administrador de plantão?

Capacitar o pessoal, instruindo-os sobre como se deve fazer, porque fazer, para que fazer, alertando sempre a todos os envolvidos no processo que a

responsabilidade é solidária, cada um responde pela parte que lhe compete, segundo suas atribuições e responsabilidades e que o servidor tem o dever moral de denunciar qualquer irregularidade verificada, observando sempre a legislação vigente. Esta é a independência de fato: somente posso fazer aquilo que a lei determina.

Quais os maiores desafios encontrados em seu trabalho?

As adversidades. É quebrar o jargão “sempre foi feito assim”. A dificuldade de implantar novas rotinas.

que todas as controladorias passam, principalmente tratando-se do interior, onde os recursos são muito escassos, tanto materiais e financeiros quanto humanos.

Há uma carência muito grande de mão de obra especializada em todas as áreas e o responsável pelo controle interno tem que ser criativo para enfrentar este desafio.

Não tenho o que preciso, mas posso fazer com o que tenho o melhor possível. Com os encontros surgiu a idéia de formalizarmos o grupo em um Conselho Estadual dos Órgãos de Controle Interno do Município do Estado do Rio de Janeiro objetivando unir forças para padronização das ações das controladorias. Mi-

A Controladoria Geral do município do Rio de Janeiro serve de parâmetro para todos os municípios do Estado do Rio.

Como avalia os encontros dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (EOCIM)?

Excelentes. Superou minhas expectativas. Percebo um comprometimento muito grande de todos os controladores participantes dos encontros, e a cada encontro conseguimos mais adeptos e a experiência trocada tem sido muito gratificante.

Qual a sua expectativa para formalização do CO-NEOCIM – RJ? Principalmente a senhora que foi a precursora desses encontros.

Meu objetivo maior quando pensei em realizar estes encontros foi compartilhar experiências vividas e trocar com outros colegas, sabendo-se da dificuldade

na expectativa é que de fato o Conselho se concretize, que possamos contar com o apoio dos prefeitos e que este sonho se torne uma realidade para que possamos colher bons frutos no futuro.

Qual a expectativa quinta edição do EOCIM-RJ, em janeiro?

Que no encontro em janeiro, em Casimiro de Abreu, possamos contar com um maior número de controladores e que já possamos por em prática alguns projetos de capacitação.

Que todos os controladores que já estão participando dos encontros consigam mais adeptos até atingirmos os 92 municípios, contando com o apoio da AEMERJ, do TCE/RJ, CGU, CRC e outros parceiros.

CONCURSO DE CURTAS

SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

Inscrições até 28 de fev de 2015

TEMA:

“Informe-se e melhore a sua qualidade de vida”

www.oas.org/es/sap/dgpe/concursoinformate

cgu.gov.br/redes

(continuação da pag. 2)

O Plano Estratégico e as ações estratégicas definidas são aprovadas e publicadas no Diário Oficial por meio de Resoluções CGM-RJ. Até o ano de 2014, essa publicação é feita após a assinatura do acordo de resultados com a Prefeitura, a fim de que as mesmas sejam inseridas ao Plano e que seja verificada a necessidade de alteração de alguma ação já definida no processo de discussão com a Conint.

Líderes das ações

Para cada ação estratégica estabelecida é indicado um líder responsável pelo desenvolvimento da ação. São elaborados, pelos líderes e demais envolvidos na ação, Planos de Ação no modelo instituído pela CG/ATRIC, contendo objetivos, metas quantitativas e indicadores que permitiram monitorar o progresso de cada uma das ações e o alcance dos seus objetivos.

São estabelecidos marcos (datas) para que as informações de acompanhamento sejam enviadas pelos líderes para a CG/ATRIC. Com base nessas



Servidores da CGM-RJ participaram do evento, tanto para falar de seus planos quanto para assistir seus colegas.



informações é elaborado um relatório de acompanhamento das ações que é enviado à Conint, e o sumário executivo deste relatório que é encaminhado por e-mail para todos os servidores da CGM-RJ.

No início do segundo semestre e no mês de dezembro, é realizado um evento no qual todos os líderes de ações estratégicas apresentam, à direção e aos servidores da CGM-RJ, o resultado dessas ações.

Para as ações estratégicas que também fazem parte do Acordo de Resultados firmado com a Prefeitura, adicionalmente a esses procedimentos, a CG/ATRIC informa mensalmente à Secretaria Municipal da Casa Civil o andamento das ações, por meio de procedimento definido por esse órgão.

Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico apresenta a representação gráfica dos objetivos estratégicos definidos para o alcance da visão e cumprimento da missão, classificados de acordo com as dimensões do Balanced Scorecard (BSC), criado pelos professores Robert S. Kaplan e David P. Norton com a proposta de proporcionar um sistema de medição de desempenho que contemplasse não somente as medidas contábeis e financeiras tradicionais, mas também outras medidas relacionadas aos ativos intangíveis.

É um sistema gerencial onde as medidas financeiras e não-financeiras devem fazer parte do sistema de informações das organizações. Ele traduz a missão e a estratégia de uma organização em objetivos e medidas tangíveis.

Essas medidas representam o equilíbrio entre indicadores externos voltados para clientes e as medidas internas dos processos críticos de negócios, inovação, aprendizado e crescimento.

Novidades para 2015

Para 2015, em termos de novidades na área de Planejamento Estratégico, espera-se incrementar o processo de Planejamento e Monitoramento com o estudo para o Painel de Controle Completo, iniciado em 2014, que contemplou a proposta de complementação ao Mapa Estratégico atual, incluindo, às atuais perspectivas (Orçamento e Logística, Aprendizado e Crescimento e Processos Internos), as perspectivas de Resultados e Legitimação pela Sociedade.

A experiência da equipe ATRIC comprova que o Planejamento Estratégico é uma ferramenta auxiliar para direcionar as Ações da CGM-RJ para o alcance dos seus objetivos institucionais.

A Receita da Conformidade das despesas

Marcus Vinicius de Azevedo Braga



Doutorando em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ (GPP/PPED/IE/UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (2011) na linha de políticas públicas e gestão

da Educação Básica, possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2005) e Bacharelado em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (1996). Atualmente é Analista de Finanças e Controle - Controladoria-Geral da União, exercendo suas atividades na Unidade Regional do Rio de Janeiro. Articulista de diversas revistas na área de gestão pública. Membro do Conselho Editorial e titular da coluna "Governança e gestão" na Revista Gestão Pública e Desenvolvimento (DF). Coordenador do Livro "Controle Interno-Estudos e reflexões", Editora Fórum (2013).

Tutor da ENAP/MPOG e da ESAF/MF.

ses amparados basicamente pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei nº 4.320/64, e toda uma gama e normativos infra legais e entendimentos diversos nesse segmento da gestão pública.

Normatização

E como garantir, de forma razoável, a conformidade dessa despesa? Como se defender do direcionamento, do superfaturamento, das compras fictícias? Para tal, propomos neste singelo artigo uma tríade, na linha da normatização/orientação, da sanção e da fiscalização.

A norma tem que ser clara, objetiva, e deve ser levada ao conhecimento de todos os atores, de forma simples e aplicada. Um emaranhado de normas, a inconsistência de princípios, tudo isso fragiliza o processo de despesa pública, a se realizar cotidianamente nas diversas organizações governamentais, oferecendo uma insegurança jurídica que dificulta, inclusive, o processo de orientação e de julgamento de questões correlatas.

Sanções

Da mesma forma, é preciso que existam sancionamentos proporcionais ao descumprimento dessas normas, e que ocorram de forma efetiva. Aí, falamos das ações clássicas no campo penal e administrativo, mas também de inovadores mecanismos de exposição na esfera política, fomentados pela transparência crescente. Certamente, necessitamos punir o corrupto e o corruptor, lados de uma mesma mesa, consoante com as recentes discussões da Lei da Empresa Limpa. E, por fim, necessita-se de uma fiscalização eficiente, sistemática e que conte com elementos de inteligência, para a maximização da ação, com o menor esforço. A fiscalização, a verificação dos procedimentos no cotidiano por um agente credenciado, é o que permite identificar atuações individuais irregulares, contribuindo para a reparação individual, mas trazendo também um legado para a gestão na produção de informações gerenciais que melhorem os sistemas administrativos e seus controles. Fiscalizar, um ato que nunca será dispensável!

Podemos dizer, para fins didáticos, que a despesa pública tem duas dimensões. A primeira é relativa ao seu aspecto operacional, contextualizado, envolvendo questões de economicidade, de eficiência, em uma visão gerencial maior, na qual não só não podemos olhar o gasto pelo gasto, mas é impossível fazê-lo sem analisar a política pública relacionada, a população beneficiária e os impactos esperados. E trabalho robusto a análise da despesa por esse viés, nem sempre possível ou viável.

A outra dimensão da despesa pública, conhecida dos profissionais do controle, é a sua dimensão de conformidade, de aderência a normativos e princípios, envolvendo a sua análise o processo de compra originador da despesa e atingindo os processos de pagamento e liquidação. Processos es-

“Sem mágica”

Não tem mágica! Essa é a receita de uma boa despesa, no que tange a conformidade. O atendimento das normas é uma dimensão importantíssima para a gestão pública de qualidade, pois nela residem o respeito a princípios que garantem a boa e regular aplicação dos recursos públicos e custo a crer que possamos ter uma gestão eficiente e de resultados em um ambiente onde impere ilegalidade.

Gestores reclamam da legalidade, no dia a dia, mas a invocam diante de acusações sobre a sua gestão. A norma os guia e os protege! Se bem construída e difundida, com sanções claras e sendo objeto de fiscalização corrente, resulta, fatalmente, em uma gestão mais proba e com maior agregação de valor à sociedade. O problema é que

contradições; nas falhas de sancionamento, dado que muitos dos envolvidos de hoje já figuraram anteriormente no banco dos réus; e ainda, nas auguras da fiscalização, pelas carências das atividades de auditoria, pela baixa estruturação dos chamados controles primários e a atuação deficiente do controle social.

Compromisso

Legisladores, julgadores, auditores, gestores, cidadãos... Todos nós temos um compromisso com a aplicação regular e legítima dos recursos de nossos tributos, para que se revertam nos seus objetivos, respeitados os princípios e as regras e a manutenção dessa tríade sustenta, de forma simples, essa qualidade do gasto público.



Certamente, necessitamos punir o corrupto e o corruptor, lados de uma mesma mesa, consoante com as recentes discussões da Lei da Empresa Limpa.



quando pensamos na norma, vem à mente apenas o seu aspecto detalhístico, ensimesmado, esquecendo-se de toda uma discussão de princípios que a rege.

Os escândalos que ilustram os periódicos, analisados amiúde, indicam que suas causas residem nas fragilidades das leis, que tem brechas e

Para isto, basta seguir a receita sanção-fiscalização-normatização, para que tenhamos uma boa despesa, como condição prévia de uma boa atuação dos órgãos governamentais. Quanto aos resultados da gestão, importantíssimos... Ah, isso é uma discussão ainda mais complexa.



**Confira a programação da
celebração dos
450 anos do Rio de
Janeiro acessando o site:
www.rio450anos.com.br**



CGM-RJ é referência no Brasil com Programa de Visitas

Com seu trabalho pioneiro, a Controladoria do Município do Rio de Janeiro se tornou uma referência para administrações públicas e privadas de todo o país, que também pretendiam criar os seus próprios órgãos de controle.

Por isso mesmo, visando a atender aos pedidos de entidades que buscavam maior aprofundamento na área de Controle, surgiu na segunda metade de 2010 o Programa de Visitas à CGM-RJ, realizado pela Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle - ATRIC, com o objetivo de mostrar de perto o funcionamento de um órgão que acompanha a aplicação dos recursos públicos.

O Programa de Visitas à CGM-RJ, em 2014, recebeu 53 visitantes de todo o país, envolvendo mais de 24 organizações diferentes, que buscam cada vez mais informações e procuram conhecer a 1ª Controladoria Geral do Brasil.

Acesse a Agenda em nosso portal no endereço:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>



CGM-RJ participa do 4º EOCIM em Vassouras



Aconteceu no dia 13 de novembro, em Vassouras (RJ), o 4º Encontro dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (EOCIM-RJ), que contou com a participação do controlador-geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti e outros servidores da CGM-RJ, entre eles a coordenadora da Auditoria da CG/SIC/ADG, Ednalva Maria Mariano Consuli, e o gerente da coordenação de CG/SIC/ADG, Guilherme Zenha.

Tendo como objetivo principal “promover espaço sistemático para a discussão de temas que possam contribuir na melhoria dos trabalhos do controle para a realização de parcerias afetas ao Controle Municipal e também promover o intercâmbio de experiências entre as controladorias presentes”, o EOCIM vem se reunindo e trocando experiências para em breve formalizar o CONEOCIM-RJ - Conselho Regional dos Órgãos de Controle dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

CGM-RJ debate boas práticas de gestão



Aconteceu no início de novembro o IV Congresso Internacional de Informação de Custos e Qua-

lidade do Gasto no Setor Público, em Brasília. O evento teve como objetivo dar continuidade ao debate sobre as experiências de implantação e disseminação das boas práticas de gestão de custos e qualidade do gasto no setor público.

A CGM-RJ foi representada pelo assessor especial do gabinete, Geraldo Junior, que apresentou a experiência da PCRJ na implantação do Sistema de Custos.

Audidores da CGM-RJ apresentam Manual de Auditoria



O auditor-geral da CGM-RJ/SIC/ADG, Gustavo de Avellar Bramili, e a auditora Márcia Revoredo representaram a CGM-RJ no 2º Ciclo do III Seminário de Contabilidade da Área Pública - Auditoria Contábil Governamental, que aconteceu no dia 25 de novembro, no Auditório da Secretaria de Estado de Fazenda. Ao abrir a palestra sobre “Manual de Auditoria Contábil da Controladoria Geral do Município”, Bramili afirmou que o principal objetivo do manual é economizar tempo e melhorar o padrão de trabalho.

Segundo Márcia, o objetivo foi sistematizar o processo de execução das auditorias. Ela também afirmou que os resultados esperados são: aprimoramento dos procedimentos das auditorias contábeis; alta adesão dos auditores; e mais abrangência da auditoria, com foco nas áreas de risco.

O Manual já encontra-se disponível para consulta no Portal da CGM-RJ.

CGA e FGV lançam livro sobre o Controle da Administração Pública



Oito agentes públicos da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo (CGA-SP) são os autores da publicação "Controle da Administração Pública", que foi lançado na semana que marca o Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado no dia 9 de dezembro.

Os artigos acadêmicos que compõem a publicação foram produzidos pelos agentes que participaram do Programa de Pós-Graduação lato sensu, desenvolvido em parceria da CGA com a FGV Direito SP. São artigos com importantes reflexões sobre a natureza, os fins e os objetivos da atividade de controle.

"Observamos que os textos têm em comum a busca pelo aperfeiçoamento de nosso estado de direito e o comprometimento com a construção de instituições sólidas, transparentes e democráticas", enfatizou a coordenadora de Projetos Especiais da FGV, Nara Cristina Takeda Taga.

O curso, com carga horária total de 40 horas, beneficiou 40 agentes públicos incumbidos de executar atividades relacionadas ao tema, sendo requisito para aprovação a produção de um artigo.

De acordo com o presidente da CGA, Gustavo Ungaro, a publicação registra e compartilha parte expressiva do conhecimento propiciado pelo curso.

"O resultado positivo da parceria da CGA com a FGV Direito, demonstrado pelo livro, incentiva novos avanços em favor do fortalecimento do controle da administração pública no Brasil", ressaltou Ungaro, autor do artigo "Controle Interno e Controle Social da Administração Pública".

Além de Ungaro, participam também da coletânea Christiane Simioni, com o artigo "A qualidade do gasto público no âmbito estadual e o papel dos órgãos de controle"; Cíntia Regina Béó, com

"A publicação da remuneração dos agentes públicos estaduais no Portal da Transparência: um estudo de caso do mandado de segurança interposto contra a publicação no âmbito do Estado de São Paulo"; João Antonio Palma Beolchi, com "Eficiência na gestão de materiais no Estado de São Paulo"; João Batista Beolchi, com "Gestão pública contemporânea"; Maria Eugênia Ferragut Passos, com "a atuação dos órgãos de controle junto às empresas estatais: limites e peculiaridades"; Raphael Rodrigues Soré, com "Lei 12.846/2013, FCPA e Bribery ACT: a vez do corruptor"; e Sandra Lúcia Fernandes Marinho, com "Uma proposta de modelo organizacional para o controle interno do Estado de São Paulo"

Em breve, o livro estará disponível nos sítios da Corregedoria Geral de Administração do Estado de São Paulo (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/>) e da FGV (<http://portal.fgv.br/>).

A Lei Anticorrupção e as Relações com o Poder Público

Os atuais escândalos de corrupção, que envolvem algumas das maiores empreiteiras do país, demandam a atenção das empresas que celebram contratos com estatais, autarquias e todas as esferas do Poder Público.

A Lei Anticorrupção está sendo aplicada. O Ministério Público já anunciou que irá enquadrar nesta legislação empresas denunciadas no escândalo da Operação Lava-Jato que emitiram notas fiscais a partir de fevereiro de 2014 contendo evidências de pagamento de propinas.

Ao assumir o comando da CGU, o novo ministro Valdir Simão afirmou que dará "prioridade absoluta" à lei e que sua regulamentação deverá ser publicada neste mês de janeiro.

A nova norma prevê punições severas às pessoas jurídicas, ainda que o ato de corrupção envolva apenas subsidiárias ou coligadas, e mesmo que a direção da empresa não tenha conhecimento dos atos ilegais cometidos por seus funcionários ou terceirizados. Para se precaverem, as empresas, entre outras iniciativas, devem instituir ou aprimorar Sistemas de Compliance. A própria corporação tornou-se responsável pela prevenção e investigação de ilícitos nas suas relações com o poder público.

Data: 5 de fevereiro de 2015.

Local: Golden Tulip Park Plaza.

End: Al. Lorena, 360 – Jardins - São Paulo – SP

Inscrições, informações e reservas: Luciana Souza

inscricao.treina@gmail.com e luciana.treina@gmail.com

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativos LRF

Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a Novembro 2014

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	nov-13	nov/14	Em nov-13	Em nov/14	Até nov-13	Até nov/14	Em nov-13	Em nov/14
RECEITAS CORRENTES	20.811.928.144,00	22.697.895.817,00	1.607.573.633,50	1.855.175.813,42	18.896.361.846,78	19.562.212.959,28	1.915.566.297,22	3.135.682.857,72
Tributárias	8.401.251.105,00	8.956.686.886,00	623.249.780,97	778.484.981,37	7.720.146.743,56	8.398.139.052,66	681.104.361,44	558.547.833,34
Contribuições	2.623.425.911,00	2.829.120.670,00	218.809.948,75	253.703.389,60	2.211.856.619,61	2.540.577.834,82	411.569.291,39	288.542.835,18
Patrimoniais	994.636.616,00	1.380.119.605,00	60.146.438,78	65.551.596,96	665.916.658,04	749.012.500,32	328.719.957,96	631.107.104,68
Industrial	12.540.967,00	10.540.600,00	533.823,97	490.884,53	5.740.958,33	6.107.734,33	6.800.008,67	4.432.865,67
Serviços	336.795.419,00	389.031.175,00	23.765.480,66	33.770.438,61	328.622.163,58	323.081.619,59	8.173.255,42	65.949.555,41
Transferências Correntes	6.700.897.858,00	7.359.573.968,00	557.616.590,02	516.042.001,55	6.047.447.855,31	6.287.860.320,57	653.450.002,69	1.071.713.647,43
Outras Receitas Correntes	1.742.380.268,00	1.772.822.913,00	123.451.570,35	207.132.520,80	1.916.630.848,35	1.257.433.896,99	(174.250.580,35)	515.389.016,01
RECEITAS DE CAPITAL	2.700.668.382,00	4.475.521.906,00	184.602.857,11	529.541.120,05	956.296.642,38	2.082.563.434,75	1.744.371.739,62	2.392.958.471,25
Operações de Crédito	1.459.393.782,00	2.408.437.105,00	151.286.075,36	520.865.541,42	670.997.793,54	1.590.242.711,78	788.395.988,46	818.194.393,22
Alienações de Bens	250.204.664,00	437.092.485,00	15.647,51	79.060,00	15.321.511,30	87.392.792,35	234.883.152,70	349.699.692,65
Amort. de Empréstimos	126.156.842,00	91.488.165,00	10.474.143,96	3.457.174,19	77.176.972,23	73.497.368,37	48.979.869,77	17.990.796,63
Transferências de Capital	596.075.511,00	1.220.907.284,00	22.826.990,28	5.139.344,44	192.800.365,31	331.430.562,25	403.275.145,69	889.476.721,75
Outras Receitas de Capital	268.837.583,00	317.596.867,00	-	-	-	-	268.837.583,00	317.596.867,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	23.512.596.526,00	27.173.417.723,00	1.792.176.490,61	2.384.716.933,47	19.852.658.489,16	21.644.776.394,03	3.659.938.036,84	5.528.641.328,97
DESPESAS CORRENTES	(19.327.875.187,97)	(21.297.378.404,03)	(1.520.650.882,73)	(1.667.508.596,03)	(15.505.605.885,08)	(17.087.483.122,06)	(3.822.269.302,89)	(4.209.895.281,97)
Pessoal e Encargos	(10.482.648.515,68)	(12.253.236.029,38)	(848.948.670,35)	(993.922.559,28)	(8.945.007.755,33)	(10.239.309.730,53)	(1.537.640.760,35)	(2.013.926.298,85)
Juros e Encargos da Dívida	(559.606.212,38)	(645.447.444,00)	(42.901.515,79)	(51.230.994,92)	(503.806.853,36)	(575.946.051,22)	(55.799.359,02)	(69.501.392,78)
Outras Despesas de Correntes	(8.285.620.459,91)	(8.398.694.930,65)	(628.800.696,59)	(622.355.041,83)	(6.056.791.276,39)	(6.272.227.340,31)	(2.228.829.183,52)	(2.126.467.590,34)
DESPESAS DE CAPITAL	(6.031.738.459,50)	(6.834.370.100,30)	(526.894.561,93)	(365.468.444,69)	(2.377.406.608,59)	(2.759.243.498,17)	(2.654.331.850,91)	(4.075.126.602,13)
Investimentos	(4.423.076.266,73)	(5.975.987.022,92)	(444.528.027,40)	(318.382.330,00)	(1.907.982.748,35)	(2.181.642.795,65)	(2.515.093.518,38)	(3.794.344.277,27)
Inversões Financeiras	(242.990.197,00)	(476.506.185,38)	(57.299.040,57)	(13.720.470,71)	(142.828.454,53)	(244.639.111,90)	(100.161.742,47)	(231.867.073,48)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(365.671.995,77)	(381.876.842,00)	(25.067.493,96)	(33.355.643,98)	(326.595.405,71)	(332.961.590,62)	(39.076.590,06)	(48.915.251,38)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(55.784.847,36)	(340.035.873,72)	-	-	-	-	(55.784.847,36)	(340.035.873,72)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(24.415.398.494,83)	(28.471.784.378,05)	(2.047.545.444,66)	(2.032.967.040,72)	(17.883.012.493,67)	(19.846.726.620,23)	(6.532.386.001,16)	(8.625.057.757,82)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(902.801.968,83)	(1.298.366.655,05)	(255.368.954,05)	351.749.892,75	1.969.645.995,49	1.798.049.773,80	(2.872.447.964,32)	(3.096.416.428,85)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	-	-	-	-	321.097.155,00	669.208.830,57	-	-

FONTES: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL
 NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.